

**Aires Neto Campos Ferreira**

- Sociedade de Advogados -

Dr. Aires Neto Campos Ferreira OAB/GO 21.030  
Dra. Doralice Selaysim de Campos OAB/GO 15.600  
Dra. Marianna Selaysim Di Campos OAB/GO 25.599

Cartório	2º	FOLHAS
Cível		6
		ESCRIVÃO

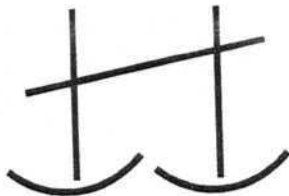
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS VARAS  
CÍVEIS DA COMARCA DE RIO VERDE – GOIÁS**

"É muito melhor alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrota, do que formar fila com os pobres de espírito, que nem sofrem nem gozam muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta, que não conhece vitória nem derrota." Abraham Lincoln.

**DISTRIBUIÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA**

**MENDES E BORGES LTDA – ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Pauzanes de Carvalho, Quadra M, Lote 03, N. 942, Seção 14, Setor Pauzanes, CEP. 75.903-060, na cidade de Rio Verde – Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob n. 08.935.826/0001-54 (**doc 01**), neste ato representada por seu sócio administrador, senhor **GIULER MENDES GONÇALVES**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob n. 978.366.641-04 e portador do RG/Ci N. 4.288.306, 2ª. Via, expedida pela

Rua Marcha para Oeste n. 1343, Salas 03 e 04, Setor Alvorada, CEP 75.905-732 Rio Verde - Goiás  
Telefones: (64) 3612 6399 / 8114-3838 / 81149905 / - e-mail: [airesneto9@yahoo.com.br](mailto:airesneto9@yahoo.com.br) / [dselaysim18@hotmail.com](mailto:dselaysim18@hotmail.com) /



Aires Neto Campos Ferreira

- Sociedade de Advogados -

Dr. Aires Neto Campos Ferreira OAB/GO 21.030  
Dra. Doralice Selaysim de Campos OAB/GO 15.600  
Dra. Marianna Selaysim Di Campos OAB/GO 25.599



DGPC/GO (**doc 02**), vem, mui respeitosamente, por seus advogados e bastante procuradores, infra-assinados (**doc 03**), com endereço profissional abaixo estereotipado onde indica para o recebimento de intimações, com fulcro na lei 11.101/2005, artigo 70 e seguintes, formular o presente pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL**, nos termos seguintes:

A **MENDES E BORGES LTDA – ME**, que tem como nome fantasia **ELETROÁGIL** está estabelecida nesta cidade há 08 (oito) anos, em sede própria parcialmente financiada pela Caixa Econômica Federal (**doc 04**), e tem como objetivo o comércio varejista de materiais elétricos e hidráulicos, ferragens e ferramentas, aluguel de ferramentas e reparação e manutenção de máquinas e equipamentos elétricos, com atuação em Rio Verde e nas cidades circunvizinhas.

Sempre tendo em mente a consolidação e a expansão de seu negócio, trabalhando arduamente, os sócios, marido e mulher, estão à frente do empreendimento desde o início das atividades.

Ocorre que a política econômica do Governo Federal, com a alta de juros e dificuldades impostas às micro e pequenas empresas no acesso ao crédito oficial mais barato, quicá pela falta de garantias reais, com grave retração nas vendas e nos serviços, como não poderia deixar de ser, refletiu-se diretamente na situação econômico-financeira da Requerente, mais forte nos dois últimos anos.

Para ter acesso a recursos para sua manutenção e ao próprio tão sonhado e desejado crescimento, a Requerente se socorreu do financiamento inclusive de terceiros, a custos cada vez mais exorbitantes e espoliatórios, com juros na estratosfera e prazos extremamente mais curtos, levando-a neste momento a deixar de cumprir os compromissos com fornecedores e clientes, por absoluta iliquidez.

Em decorrência de tais fatos, a Requerente vê-se em situação econômico-financeira de extrema dificuldade, não lhe restando alternativa, senão a de solicitar, em juízo, o favor legal da reabilitação por meio da *recuperação judicial especial*, visando o deferimento do processo, para que possa continuar com sua função social e gerando riquezas para a sociedade, e ainda com o fito de manter o seu quadro de 05 (cinco) colaboradores diretos e muitos outros de forma indireta, sem perder o seu objetivo, qual seja o fornecimento de bens e serviços de forma diferenciada, tudo em conformidade com o disposto no art. 47 da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005:

Artigo 47:

"A recuperação Judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora,

Rua Marcha para Oeste n. 1343, Salas 03 e 04, Setor Alvorada. CEP 75.905-732 Rio Verde - Goiás  
Telefones: (64) 3612 6399 / 8114-3838 / 81149905 / - e-mail: [airesneto9@yahoo.com.br](mailto:airesneto9@yahoo.com.br) / [dselaysim18@hotmail.com](mailto:dselaysim18@hotmail.com) /



**Aires Neto Campos Ferreira**  
- Sociedade de Advogados -

Dr. Aires Neto Campos Ferreira OAB/GO 21.030  
Dra. Doralice Selaysim de Campos OAB/GO 15.600  
Dra. Marianna Selaysim Di Campos OAB/GO 25.599

do emprego dos trabalhadores e interesse dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo da atividade econômica"

A Melhor Doutrina:

"Ao contrário da legislação anterior, a nova Lei tem como objetivo não extirpar as empresas e os empresários da atividade econômica taxando-os de devedores, mas sim ajudá-los a superar um período de dificuldades, seja por crise financeira, sazonalidade do mercado, má gerência ou qualquer outro motivo. Trata-se do princípio da preservação da empresa, onde a legislação deve ajudar a salvar a atividade, a empresa, se ela for viável (não necessariamente o empresário)." (COELHO, 2007, p.58)."

### **Da Suspensão das Ações e Execuções**

É certo que esse Juízo deferirá o processamento de Recuperação Judicial Especial da Devedora, eis que a mesma satisfaz todos os preceitos legais, estando previsto na lei que atendidas todas as exigências quanto à apresentação da documentação, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial especial e ordenará a suspensão de todas as ações e execuções em desfavor da devedora e de seus sócios (inciso III do artigo 52, c/c artigo 6º. Da LRE).

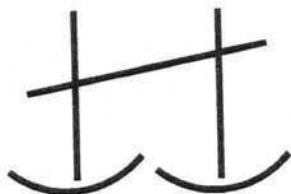
Tal medida está acautelada também no artigo 798 do Código de Processo Civil que autoriza ao Magistrado tomar todas as medidas acautelatórias necessárias afim de resguardar o direito das partes.

### **Do valor da causa**

Em atendimento ao disposto nos artigos 258 e 282 do CPC, a Requerente entende que deve atribuir à causa o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), haja vista que em ações desta natureza é praticamente impossível estimar o seu valor econômico imediato uma vez que o que se busca aqui é a negociação das dívidas em aberto.

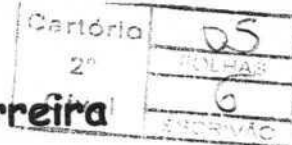
Justifica-se ainda que o valor das dívidas apresentadas representa o passivo da Requerente, no entanto, as mesmas serão negociadas, podendo os seus valores oscilarem, normalmente para baixo. Portanto, por não se encaixar o presente processo em nenhum dos critérios estabelecidos pelo artigo 259 do CPC, é que foi dado o valor declarado à causa.

Ressalte-se, ademais, que a imposição de atribuição de valor elevado à causa, neste momento, gerando altas taxas judiciárias, poderá inclusive inviabilizar o pedido de



**Aires Neto Campos Ferreira**

- Sociedade de Advogados -



Dr. Aires Neto Campos Ferreira OAB/GO 21.030  
Dra. Doralice Selaysim de Campos OAB/GO 15.600  
Dra. Marianna Selaysim Di Campos OAB/GO 25.599

recuperação judicial especial da Requerente, considerando que a mesma já se encontra com severos problemas de caixa.

### **Das disposições dos artigos 48 e 51**

Esclarece a Requerente que a empresa foi registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em 25/06/2007, razão por que tem mais de dois anos no exercício da atividade empresarial, como demonstra o documento anexo, preenchendo, assim, a exigência contida no art. 48, caput, da Lei n. 11.101/2005(**doc 05**).

Para a obtenção do pedido, informa a Requerente que não teve, em tempo algum, decretado a sua falência e tampouco requereu anteriormente a concessão de recuperação judicial, conforme reza o art. 48, I.

Igualmente, é possuidora de abonadora vida pregressa, como atestam as certidões de antecedentes criminais (artigo 48, inciso IV). (**doc 06**)

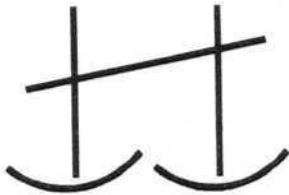
Destarte, apresenta:

- a) as demonstrações contábeis dos três últimos exercícios sociais (**doc 07**);
- b) demonstração contábil levantada especialmente para instruir este pedido;
- c) balanço patrimonial;
- e) demonstração do resultado desde o último exercício social;
- f) resultado gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção(**08**).

Em anexo, junta à presente a relação de seus credores (**doc 09**), informando, igualmente: nomes; endereços; valor atualizado dos créditos e suas respectivas naturezas; origem das respectivas operações; vencimentos, na mais estrita observação do disposto no art. 51, III, da Lei n. 11.101/2005.

Ainda em anexo, apresenta relação integral de seus empregados (**doc 10**), funções exercidas, com indicação dos salários e indenizações que lhes são devidas, esclarecendo que os salários do mês de outubro foram pagos na integralidade, além do vale relativo ao mês de novembro.





Mais, em anexo, a relação dos bens particulares dos sócios da Requerente (**doc 11**), assim considerados aqueles não destinados à atividade empresarial, bem como os extratos de suas contas bancárias (**doc 12**).

Anexa, de outro lado, as certidões dos Cartórios de Protestos da Comarca (**docs. 13, 14 e 15**), pedindo vênha para lembrar que a existência de título protestado já não constitui impedimento à concessão do favor legal ora postulado.

*"As empresas podem ter protestos, uma vez que a Lei não diz que devem ser negativa a certidão ou não constar protestos nos últimos 90 (noventa) dias. Os extratos bancários podem ser os últimos, atuais, não necessitando a juntada de toda a movimentação bancária, o que geraria um volume enorme de documentos. A empresa devera juntar o valor demandado, e não o da condenação, uma vez que esta diferença poderá auxiliá-la." (MIRANDA, 2005, p.67).*

Em cumprimento ao determinado no artigo 51, IX, junta certidão negativa de ações cíveis e trabalhistas. (**doc. 16 e 17**).

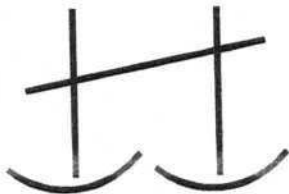
## DO PEDIDO

Isso posto, requer se digne Vossa Excelência, deferir o processamento do pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL**, nos exatos moldes do artigo 70 e seguintes da Lei 11.101/05, nomeando, igualmente, o administrador judicial, como de direito e determinando a dispensa de apresentação de certidões negativas para o exercício normal de suas atividades.

Requer seja ordenada a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas contra a Devedora e seus sócios coobrigados, por força do que dispõe os parágrafos 4º e 5º do artigo 6º da lei 11.101/2005.

Requer seja oficiada a Junta Comercial do Estado de Goiás para que efetue a anotação nos atos constitutivos da Requerente como **"EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL"**, ficando certo desde já que ela passará a se utilizar desta designação em todos os documentos em que for signatária.

Requer que seja noticiado ao Ministério Público da decisão do deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial especial, oficiando as fazendas públicas municipal, estadual e federal, bem como seja determinado a expedição de edital, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 52 da lei 11.101/2005.



## Aires Neto Campos Ferreira

- Sociedade de Advogados -

Dr. Aires Neto Campos Ferreira OAB/GO 21.030

Dra. Doralice Selayssim de Campos OAB/GO 15.600

Dra. Marianna Selayssim Di Campos OAB/GO 25.599

Requer sejam os autos sempre despachados em regime de **URGÊNCIA**, dado a exiguidade de prazos que prevê falência para o não cumprimento do prazo fixado e para que seja possível a total finalização do processo no prazo legal.

Requer, por fim, que todas as intimações sejam publicadas e dirigidas sempre e somente no nome do procurador **AIRES NETO CAMPOS FERREIRA, OAB-21.030**, sob pena de nulidade.

Dá-se à presente o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Termos em que  
Aguarda Deferimento.

Rio Verde, 23 de Novembro de 2015.

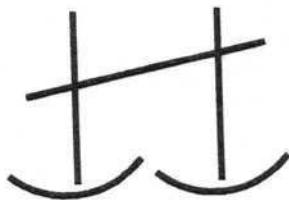
Aires Neto Campos Ferreira  
OAB-GO 21.030

Doralice Selayssim de Campos  
OAB-GO ~~21.030~~

Marianna Selayssim Di Campos  
OAB-GO 25.599

### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

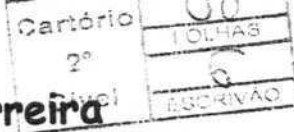
1. CNPJ
2. Contrato social
3. Procuração
4. Comprovante financiamento sede própria
5. Certidão Regularidade junto a JUCEG
6. Certidão de antecedentes criminais Joelma Pires Borges



## Aires Neto Campos Ferreira

- Sociedade de Advogados -

Dr. Aires Neto Campos Ferreira OAB/GO 21.030  
Dra. Doralice Selayssim de Campos OAB/GO 15.600  
Dra. Marianna Selayssim Di Campos OAB/GO 25.599



7. Balanço patrimonial e demonstrativo de resultados exercícios 2012,2013,2014,2015.
8. Fluxo de caixa
9. Relação dos Credores
10. Relação de empregados
11. Relação bens Joelma Pires Borges
12. Extratos contas bancárias (Caixa, Banco Itaú e Banco do Brasil)
13. Certidão protestos empresa
14. Certidão Protestos Giuller Mendes Gonçalves
15. Certidão Protesto Joelma Pires Borges Gonçalves
16. Certidão Ações Cíveis.
17. Certidão Ações Trabalhistas.
18. Extrato operações Banco do Brasil
19. Cópia Cédula de Crédito Comercial n. 40/13228-5 Banco Brasil -R\$172.847,44
20. Cópia Nota de Crédito Comercial n.40/14121-7 Banco do Brasil-R\$33.000,00
21. Cópia Nota de Crédito Comercial n.40/14631-6 Banco do Brasil-R\$10.000,00
22. Cópia Contrato BB GIRO Rápido n.022.115-488 Banco do Brasil-R\$11.500,00
23. Cópia Contrato BB GIRO FLEX n.022.117.405 Banco do Brasil- R\$24.999,78
24. Cópia Contrato BB GIRO FLEX n. 022.117.405 Banco do Brasil-R\$40.000,00
25. Cópia Contrato BB GIRO FLEX n.022.117.405 Banco do Brasil-R\$60.000,00
26. Cont. abert. créd. fixo Mix Pasep n.022.119.382 Banco do Brasil-R\$56.000,00
27. Cont. abert. créd. fixo Mix Pasep n.022.119.938 Banco do Brasil-R\$40.000,00
28. Cont. crédito Banco do Brasil FCO – n. 40/13228 R\$172.847,44



## Aires Neto Campos Ferreira

- Sociedade de Advogados -

Dr. Aires Neto Campos Ferreira OAB/GO 21.030  
Dra. Doralice Selayim de Campos OAB/GO 15.600  
Dra. Marianna Selayim Di Campos OAB/GO 25.599

Cartório	09
2º	FOUR
Cível	9
	LABORAVO

- 
29. Cartão de Crédito BNDES - BANCO BRASIL C/CARTÃO N. 71249647 - R\$150.000,00
30. Cartão Crédito Ourocard Empresarial VI - R\$524,46- Banco do Brasil
31. Banco Itaú S/A - Cópia Extrato Contrato n.000032200180290-R\$5.698,00
32. Banco Itaú S/A - Cópia Extrato Contrato n.000001057893313-R\$5.699,00
33. Banco Itaú S/A - Cópia Extrato Contrato n.000032200549239-R\$9.750,00
34. Banco Itaú S/A - Cópia Extrato Contrato n.000001051809943-R\$10.626,00
35. Caixa Econ. Federal - Cópia Extrato limite conta azul - R\$3.000,00
36. Caixa Econ. Federal - Cópia Extrato giro caixafácil contrato n. 080566.734.0000903.03 - R\$21.000,00.
37. Caixa Econ. Federal - Cópia Extrato giro caixafácil contrato n. 085667340000829.80 - R\$30.000,00
38. Guia de custas iniciais.